

Multiculturalismos, Interculturalidades e Rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro

Francesca Dell'Olio ¹

Universidade de São Paulo – USP

Resumo: Este artigo parte da apresentação e análise de algumas teorias sobre multiculturalismo, interculturalismo e interculturalidade com o intuito de discutir as bases teóricas nas quais tais teorias se fundamentam e como influenciam e são influenciadas pelas políticas que podem se inserir neste quadro teórico. Neste artigo defendo a importância de levar em conta o contexto no qual estas teorias e políticas são aplicadas e de onde criam sentidos: quem as produz e para quem? Focando a pesquisa em documentos da União Europeia, os coloco em diálogo com teorias dos ‘pensadores Latino Americanos’ visando mostrar como relações de poder e colonialidade perpassam o encontro com o Outro. Termino esta argumentação defendendo o conceito de interculturalidade como rupturas políticas.

Palavras-chave: multiculturalismo; interculturalidade; migrações; colonialidade; Outro.

Abstract: Theories about multiculturalism, interculturalism and interculturality are reviewed, discussing their epistemological bases and how these concepts are translated into policies and vice versa. The importance of considering the context in which these policies are applied and where from they derive significance is advocated: who dictates those policies and whom for? By focusing my research on documents of the European Union, I discuss their ontological and epistemological assumptions, drawing a parallelism with theories from the ‘Latin American thinkers’, with the aim of showing how power relationships and coloniality underscore the encounter with the Other. I conclude endorsing the concept of interculturality not only as a cultural but also a political wedge that may open up new horizons.

Keywords: multiculturalism; interculturality; migrations; coloniality; Other.

Nos anos Sessenta até os anos Noventa o multiculturalismo era a proposta institucional, jurídica e política para lidar com a diferença; em 1997 é publicado “*We Are All Multiculturalists Now*” por Nathan Glazer (BANTING; KYMLICKA, 2006; WIEVIORKA, 2015), onde aparece uma análise positiva e confiante das políticas multiculturais dos Estados Unidos que, de acordo

¹ Doutoranda em 'Estudos Linguísticos e Literários em Inglês' - DLM - FFLCH - USP

com o autor, alcançaram o intento de integrar economicamente e culturalmente a diversidade.

Dez anos mais tarde, no final de 2010, a cancheleira alemã, Angela Merkel, declarou que o multiculturalismo tinha fracassado: a ideia que pessoas, vindas de contextos culturais diferentes, possam viver felizes lado a lado fracassou completamente. Depois de poucos meses foi a vez do Primeiro Ministro Britânico, David Cameron, seguido, em fevereiro 2011, pelo Presidente francês, Nicolas Sarkozy. Enquanto no discurso da cancheleira sublinha-se que a nação precisa aceitar que os trabalhadores temporários¹, recebidos nos anos '60, não irão embora e que a abordagem multicultural, definida como a idéia que se possa viver felizes um ao lado do outro, falhou completamente². Após ter afirmado que a Alemanha não pode aparecer, aos olhos de outros países, como o lugar onde quem, ao chegar, não falando alemão, não seja aceito, continua: “Companies will go elsewhere because they won’t find the people to work here anymore. That means that the demand for integration is one of our key tasks for the times to come”³ (MERKEL, 2010). O conceito de integração está estreitamente ligada, nesse discurso, às necessidades do mercado e ao pertencimento pelo viés linguístico. O discurso de David Cameron ataca o multiculturalismo anunciando que “we’ve allowed the weakening of our collective identity. Under the doctrine of state multiculturalism, we’ve encourage different cultures to live separate lives apart from each other and apart from the mainstream. We’ve failed to provide a vision of society to which they feel they want to belong, we’ve even tolerated these segregated

¹ *Gastarbeiters* pode-se traduzir como “trabalhadores hóspedes” e foi um termo que entrou em uso nos anos '50-'60 quando a Alemanha, precisando de mão de obra, começou importar trabalhadores de outros países como, entre outros, Itália e Turquia.

² Precisamos lembrar que os discursos dos políticos citados se originaram principalmente a partir da incapacidade de lidar com os contrastes entre as comunidades muçulmanas e as democracias ocidentais. Ao fim desse artigo, porém, nos interessa focar o processo pelo qual as políticas multiculturais foram consideradas um falimento.

³ "As empresas irão para outro lado porque não encontrarão mais pessoas para trabalhar aqui. Isso significa que a demanda por integração é uma das nossas principais tarefas para os próximos tempos".

Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

communities behaving in ways that run completely counter to our values [...] This hands of tolerance has only served to reinforce the sense that not enough is shared”⁴ (CAMERON, 2011). Na mesma linha, o ex-presidente francês Sarkozy ressalta a importância de se importar não somente com as identidades das pessoas que entram no país, mas também com a identidade da nação que os recebe; o discurso continua sublinhando quão normal é o respeito da diferença, a condição, porém, de aceitar de “fundir-se em uma única comunidade, que é a comunidade nacional. [...] e a comunidade nacional francês não quer mudar a forma como vive. O seu estilo de vida, a equidade entre as pessoas, a liberdade das mulheres, não queremos negociar sobre isso”⁵. O discurso termina afirmando que a religião pertence ao espaço privado e não público.

Os então representantes destes três países focaram o discurso sobre a importância de integrar a diversidade na sociedade receptiva, acentuando como as políticas multiculturais europeias tenham deixado espaço ao nascimento de fundamentalismos; afirmaram a importância de manter uma identidade nacional forte baseada nos ‘nossos’ valores e a relevância das migrações para o mercado de trabalho. O multiculturalismo não teve sucesso no intento que se propunha de criar contextos de convivência harmoniosa entre culturas diferentes, assistimos, portanto, a uma fase de declínio das políticas multiculturais. Nenhum desses discursos, porém, parece complexificar o problema tentando entender quais mecanismos são colocados em ato para favorecer esta segregação e quais políticas poderiam, ao contrário, criar “a vision of society to

⁴ “Permitimos o enfraquecimento da nossa identidade coletiva. Sob a doutrina do multiculturalismo, encorajamos diferentes culturas a viverem vidas separadas uma da outra e separadas da cultura majoritária. Nós não conseguimos fornecer uma visão da sociedade a que eles sentem querer pertencer, toleramos até mesmo que essas comunidades segregadas se comportassem de maneiras completamente contrárias aos nossos valores [...] Esta tolerância só serviu para reforçar a conscientização de que não temos uma base suficiente compartilhada.”

⁵ Esta tradução foi feita simultaneamente ouvindo o discurso do ex-presidente Sarkozy no vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mP2I_NnCLsk. Acesso em: fev. 2011.
Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

which they feel they want to belong”⁶ (CAMERON, 2011). Ao contrário, parecem justificar políticas mais rígidas contra as migrações, que é, de fato, o que acontecerá nos anos a seguir⁷.

A União Europeia, como instituição, parece ir na mesma direção. O *White Paper* publicado em 2008, ano do diálogo intercultural, após ter afirmado que as políticas multiculturais estão associadas ao crescer dos fluxos migratórios no segundo pós-guerra, declara também que essas políticas não tem mais apoio. Ao contrário, essas políticas, nascidas como resposta àquelas assimilacionistas do *melting-pot*, foram percebidas como responsáveis pela segregação e oposição minoria-maioria.

Não obstante as boas intenções subjacentes, o multiculturalismo é agora considerado por muitos como tendo favorecido a segregação das comunidades e a incompreensão mútua e como tendo contribuído para o enfraquecimento dos direitos dos indivíduos (nomeadamente os das mulheres) no seio das comunidades minoritárias, entendidas como actores colectivos. A diversidade cultural das sociedades actuais tem de ser reconhecida como facto empírico. Por altura da consulta, os Estados inquiridos lembraram, frequentemente, que o multiculturalismo deixara de ser uma política com a qual se sentiam confortáveis (COE, 2008, p.23).

No Canadá, que foi considerado o primeiro a adotar políticas oficiais multiculturais em 1971, por causa das pressões nacionalistas do Quebec, o multiculturalismo não desperta mais o entusiasmo de antes⁸; os ataques terroristas, em Londres, em 2005, e o assassinio do cineasta Theo Van Gogh, nos Países Baixos, em 2004, contribuíram para a notável mudança destes dois países, que eram antes exemplos de políticas multiculturais. Uma reviravolta parecida aconteceu

⁶ “Uma visão de sociedade a que eles sentem querer pertencer”.

⁷ Estou pensando, primeiramente, no Brexit, mas também no crescente apoio, nos países da Europa, a partidos que fundamentam os programas políticos deles na crítica às políticas migratórias, querendo fechar as fronteiras ou sair da União Europeia acreditando que, controlar de forma mais rígida as portas de entrada, os problemas de conflitos culturais e religiosos possam se resolver.

⁸ Cantle (2012), cuja leitura se sugere para aprofundar o assunto multiculturalismo – em específico o capítulo 4 ‘*The Failure of Multiculturalism*’ - ressalta a diferença do ‘multiculturalismo progressivo’ do Canadá como reação às políticas separatistas do Inglaterra ou assimilacionistas da França.

também nos Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália. A França nunca teve políticas multiculturais muito fortes, tendo preferido sempre políticas de tipo assimilacionista, e os ataques terroristas de 2015 não criaram apoio às políticas afirmativas de reconhecimento da diferença. A Alemanha, também, foi alvo de ataques terroristas no ano passado, 2016, e a Itália começou ter alguns protestos violentos nos centros de identificação e acolhida para migrantes que vão levar a uma proposta de lei para migrantes mais severa ⁹.

Partindo deste contexto, o intuito deste artigo é debater como a passagem das políticas multiculturais àquelas interculturais, de fato, não trouxe mudanças epistemológicas, pois essas políticas continuam baseadas em conceitos profundamente ligados à modernidade, à colonialidade (GROSFOGUEL, 2007) e a uma visão dicotômica nós-eles fundamentada em uma visão liberal e ocidental do mundo nunca questionada.

Multiculturalismo, Interculturalismo ou Interculturalidade?

Multiculturalismo, no discurso político e filosófico a partir da segunda metade do século passado, é usado como um termo geral para, simplesmente, mostrar a existência, ou entender e dar uma resposta à diversidade cultural. Atualmente o termo multicultural é frequentemente usado para indicar a existência da diversidade vinda dos processo migratório mas, no contexto político das democracias ocidentais, o multiculturalismo é considerado como uma forma mais justa de integração das minorias (SONG, 2017). As políticas multiculturais, portanto, indicam

⁹ Estou me referindo, no específico, aos protestos que aconteceram no Cara – Centro de Acolhida para Requerentes Asilo de Bari, em 19 de dezembro de 2016, cuja causa desencadeante foi uma mudança da entrega da comida aos migrantes. Esse mesmo Cara foi teatro de outro protesto em Junho 2016 durante o qual os migrantes pediam a liberdade de ir em outros países europeus. O mais recente protesto aconteceu no Cie – Centro de identificação e expulsão de Cona, perto de Venezia, no 3 de Janeiro de 2017 onde os migrantes pediam melhorias nas condições do centro. Em abril de 2017, de fato, foi aprovada um novo decreto de lei, chamado Minniti-Orlando, os dois ministros que o propuseram, que, querendo mais eficiência no julgamento de solicitações de asilo ou decretos de expulsão, burocratiza e despersonaliza ainda mais esses processos diminuindo a possibilidade de serem ouvidos aos solicitantes de asilo e aumentando os casos de expulsão para migrantes ilegais sem possibilidade de recurso judicial.

políticas de reconhecimento identitário originadas por reivindicações de diferentes grupos marginalizados. Banting and Kymlicka (2006, p.1) definem como políticas multiculturais aquelas que

go beyond the protection of the basic civil and political rights guaranteed to all individuals in a liberal-democratic state, to also extend some level of public recognition and support for ethnocultural minorities to maintain and express their distinct identities and practices ¹⁰.

Nesta citação, a ênfase é colocada nos direitos a manter e preservar as próprias práticas e identidades distintas.

Da mesma forma, o Conselho Europeu sublinha a ligação entre multiculturalismo e reconhecimento da diversidade, o definindo como: «abordagem política específica, ao passo que os termos diversidade cultural e multiculturalidade traduzem a existência empírica de diferentes culturas e a sua capacidade de interagirem num determinado espaço e no seio de uma determinada organização social (COE, 2008,p.14)». Os textos produzidos pela União Europeia, sejam estes *white papers* ou documentos oficiais que contém propostas para a sociedade civil ou documentos produzidos pela sociedade civil, concordam em definir o multiculturalismo como a conscientização da diversidade existente enquanto o diálogo intercultural seria a forma para estabelecer uma comunicação com esta diversidade.

Como comentado na introdução deste trabalho, o multiculturalismo foi a resposta, na época do pós-guerra e dos grande fluxos migratórios, que originou as primeiras leis anti-discriminatórias e ações afirmativas ao custo, porém, da criação de comunidades separadas que, para evitar tensões, evitaram a interação (CANEVACCI, 2009; CANTLE, 2012). O aspecto de maior crítica que o multiculturalismo recebe por teóricos europeus, e que mais interessa esse

¹⁰ “Ir além da proteção dos direitos civis e políticos básicos garantidos a todos os indivíduos em um estado liberal-democrático, também ampliar um certo nível de reconhecimento público e apoio às minorias etnoculturais para manter e expressar suas identidades e práticas distintas”.

Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

trabalho, é a sua incapacidade de criar relações entre as diferentes culturas, além de se basear em um conceitos estáticos e monológicos.

Canclini (2004, p.14-15), antropólogo argentino radicado no México, introduzindo seu livro sobre interculturalidade, coloca como Estados e legislação nacionais, políticas educacionais e da comunicação baseadas no ideal multicultural não funcionem frente os novos processos de encontros culturais. O autor reforça a ideia do que as concepções multiculturais ressaltam a diferença propondo políticas relativistas que encorajam o respeito, sem interação, e levando, pois, a uma maior segregação.

Cantle (2012) é um dos pioneiros no uso do termo ‘interculturalismo’, mais usado em contextos anglo-saxônicos, que coloca um maior acento no aspecto político como resposta ao multiculturalismo, enquanto o conceito de interculturalidade ¹¹ surgiu na Europa, nos anos Oitenta e Noventa e foi mais usado em âmbito educacional, frequentemente usado como sinônimo de ‘diálogo intercultural’. De fato, a maioria dos trabalhos sobre interculturalidade refere-se ao âmbito educacional ou comunicativo. Em Guilherme e Dietz (2014) coloca-se que, se de um lado o multiculturalismo age através de ações de políticas afirmativas, pelo menos na sua matriz anglo-saxônica, e a interculturalidade ressalta o processo de troca entre culturas, o transcultural vai além focando a importância do processo de tradução de uma cultura para a outra. Cabe nesse momento ressaltar que os autores citados, após ter introduzido um terceiro possível termo, sublinham a importância de não considerar esses conceitos como universais e mapeiam algumas principais diferenças entre o contexto anglo-saxônico, europeu e latino americano.

¹¹ Para aprofundar a diferença de uso de termos quais interculturalidade, interculturalismo; multiculturalidade, multiculturalismo e transculturalidade se sugere a leitura de GUILHERME, M. & DIETZ, G. (2014) Multi-, Inter- and Trans-culturalities: Complexities of meaning. In J. Beltrán & A. Teodoro (eds.) Educación Superior e inclusión social: Aproximaciones conceptuales y perspectivas internacionales. Buenos Aires: Miño y Dávila srl / Miño y Dávila editores sl., pp. 79-90. Disponível em: https://www.academia.edu/17432697/Difference_in_Diversity_multiple_perspectives_on_multi_inter_and_trans-cultural_conceptual_complexities
Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

De forma parecida Wieviorka (2015) ressalta como o multiculturalismo, como política, se realizou de forma diferente nos diferentes contextos nacionais, bem como o debate a respeito. Se na América Latina, constituída por países de forte imigração, é vivo o debate sobre políticas de reconhecimento, na Itália, por exemplo, de acordo com Allievi (2010), o multiculturalismo foi recebido como política europeia mas teve uma realização muito limitada.

Considero essencial levar em conta os contextos de uso desses termos, já que, se considerarmos toda palavra como signo ideológico que carrega um sentido contextualizado que constrói a realidade e, simultaneamente, nos constroi (BAKHTIN, 1973; FOUCAULT, 1996), os significados que esses termos carregam participam da construção da realidade.

O debate sobre o uso terminológico continua nos jornais acadêmicos. Em dezembro 2011, saiu, no *Journal of Intercultural Studies*, um artigo de Nasar Meer e Tariq Modood, do título “*How does Interculturalism contrasts with Multiculturalism?*” no qual os dois cientistas sociais e professores em universidades britânicas, analisam os contrastes entre multiculturalismo e interculturalismo para entender se o segundo é uma versão melhorada do primeiro. Nas conclusões afirmam que, enquanto o interculturalismo ressalta qualidades positivas ligadas à comunicação, ao reconhecimento de identidade dinâmicas, encoraja a unidade e desafia a iliberalidade, estas características já estavam presentes no multiculturalismo. Além disso, afirmam, o multiculturalismo supera o interculturalismo como orientação política para reconhecer as relações de poder em seio a sociedade, seja a nível individual, seja de grupo (MEER E MODOOD, 2012). Este artigo suscitou um grande debate entre diferentes autores: alguns defendem um multiculturalismo de baixo (WERBNER, 2012); outros veem o interculturalismo como novo discurso político (KYMLICKA, 2012) ou consideram que ambos os termos, ‘multiculturalismo’ e ‘interculturalismo’ sejam controversos e precisem ser renovados nos seus significados ou substituídos (LEVEY, 2012).

Qualquer seja o termo adotado, nas diferentes discussões é presente a clara ligação entre políticas multiculturais ou interculturais e *governance* da diversidade e, na maioria dos casos, a diversidade a qual esses documentos se referem é aquela trazida pelos processos migratórios.

Na página do Conselho Europeu dedicada às migrações¹², as referências às políticas multiculturais e interculturais, bem como ao *White Paper* de 2008, são muitas, especialmente a partir do parágrafo “Integração dos migrantes”. Lemos:

As we understand it now, multiculturalism allows parallel societies to develop within states... This must be stopped. So said Thorbjørn Jagland, secretary-general of the Council of Europe. If multiculturalism has failed, what is the solution? The answer may be something that is called "interculturalism", which promotes individual rights for everyone, with no discrimination. In an intercultural society, people have the right to keep their ethnic, cultural and religious identity, and such identities are tolerated by others. However, the entire community must adhere to human rights standards, and cultural differences cannot be accepted as an excuse for violating the rights of other groups. This approach ensures maximum tolerance for the individual's choices and minimum tolerance for ideas that could undermine the very foundations of a democratic society (COE, 2016) ¹³.

Este trecho apresenta alguns conceitos quais tolerância, identidade, respeito dos direitos humanos e democracia cujo sentido é apresentado e percebido como universal. Além disso, os debates anteriormente apresentados não abordam alguns aspectos muito relevantes neste campo: qual o contexto de produção destes conceitos; quais mitos estes dois conceitos encobrem; quais aspectos epistemológicos relevantes carregam e deveriam ser abordados e problematizados, em seio desta discussão, para oferecer uma perspectiva diferente de análise. Como afirmei acima,

¹² <http://www.coe.int/en/web/compass/migration>. Acesso 17 de novembro de 2016.

¹³ “Como o entendemos agora, o multiculturalismo permite que sociedades paralelas se desenvolvam dentro dos estados ... Isso deve ser interrompido. Disse Thorbjørn Jagland, secretário-geral do Conselho da Europa. Se o multiculturalismo falhou, qual a solução? A resposta pode ser algo que se chama "interculturalismo", que promove direitos individuais para todos, sem discriminação. Em uma sociedade intercultural, as pessoas têm o direito de manter sua identidade étnica, cultural e religiosa, e essas identidades são toleradas por outros. No entanto, toda a comunidade deve aderir aos padrões de direitos humanos, e as diferenças culturais não podem ser aceitas como uma desculpa para violar os direitos de outros grupos. Esta abordagem garante a máxima tolerância para as escolhas do indivíduo e a tolerância mínima para idéias que possam prejudicar os próprios alicerces de uma sociedade democrática.”

Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. *Revista Desempenho*, n. 28, v.1, 2018.

esses documentos, e o debate a respeito, partem de uma base epistemológica considerada universal, unívoca e não questionável que fundamenta os pilares do diálogo intercultural, na visão ocidental: direitos humanos; reconhecimento e direito a ter a própria identidade – no singular-cultural, religiosa e étnica; respeito e tolerância da diversidade; valores democráticos universais; equidade para todos. Após ter mostrado como as definições desses termos e sua aplicação mudam em base ao contexto, seja nacional, político que disciplinar, na segunda parte deste artigo, visando oferecer algumas chaves possíveis para uma interpretação de uma perspectiva outra, serão discutidas as questões anteriormente colocadas.

Muda contexto, muda o olhar

Wieviorka (2015), sociólogo francês, ressalta como estes conceitos e o debate a respeito, nasceram e se propagaram a partir de contextos anglófonos, portanto os teóricos usados para discutir multiculturalismo se inserem em um círculo epistemológico ocidental. Analisar esses conceitos e seus âmbitos de aplicação com teorias de pensadores latino-americanos, como, entre estes, Grosfoguel (2007) e Walsh (2007; 2010), permite, ao meu ver, ter uma perspectiva diferente sobre o assunto.

Pensando nos cenários de formação desses termos, destaco, portanto, a importância de levar em conta a ligação entre termos quais multiculturalismo e interculturalismo/interculturalidade e as democracias liberais ocidentais (MODOOD, 2007). Qual é o conceito de igualdade que as democracias liberais e neoliberais defendem? Qual conceito de cultura, língua e comunicação? Qual conceito de indivíduo? Estes questionamentos não aparecem nos debates encontrados embora sejam, ao meu ver, essenciais para entendermos a complexidade das questões da atualidade.

Banting and Kymlicka (2006) colocam em relação às políticas multiculturais e o *welfare state*, tocando assuntos quais reconhecimento e redistribuição. Ao longo do texto, o intento dos Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

autores é aquele de discutir se as políticas multiculturais, ou seja de reconhecimento, podem minar as políticas de redistribuição próprias do *welfare state*. Embora os autores ofereçam uma satisfatória análise da literatura de teorias contra ou a favor das políticas multiculturais, que não é meu interesse analisar nos pormenores, falta, ao meu ver, debater a importância dessas políticas partindo de uma perspectiva crítica que questione os motivos históricos que causaram as recentes migrações; problematize os significados de políticas de reconhecimento, redistribuição e de termos quais ‘integração’, ‘respeito’ ou ‘acomodação’, além de fundamentar a análise partindo do pressuposto de uma homogeneidade étnica originária dos países que recebem migrantes. O resultado final do texto desemboca em uma série de dados numéricos e gráficos que, fortes da aparente objetividade, parecem querer acalmar os países ocidentais comprovando que as políticas multiculturais, ou seja de acomodação e respeito da diversidade – leia-se dos migrantes - não dificultam a criação de solidariedade nacional nem debilitam o estado social – leia-se os privilégios adquiridos pelos cidadãos nacionais. Isso quer dizer: não muda o atual *status quo*.

Essa análise se insere em um quadro epistemológico ocidental; branco; neoliberal que descontextualiza o contexto migratório mundial partindo de pressupostos de análise europeus-ocidentais que não problematizam os séculos de colonialismo que produziram a atual hierarquização e desigualdade entre povos, culturas, línguas.

O artigo citado, bem como os documentos europeus, em específico o *white paper* sobre o diálogo intercultural (COE, 2008), partem do conceito de equidade para todos. O liberalismo tem como fundamento filosófico a existência de uma esfera de direitos sociais em frente aos quais todo mundo é igual; o neoliberalismo mantém este conceito de “igualdade para todos”, colocando, porém, o mercado como sistema e uma percebida inesgotável livre escolha dos indivíduos, todos, sem distinção, igualmente capazes de exercê-la alcançando seus objetivos de vida. Quando o multiculturalismo promove, pois, a pacífica convivência da diversidade, encoberta as relações de poder que foram responsáveis de construir aquele determinado contexto

Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

de desigualdade e, como discutiremos a seguir, o conceito de interculturalidade, promovido em contextos europeus ou ocidentais, não se diferencia nesse aspecto.

As políticas multiculturais e interculturais operam mantendo e não questionando a ordem social preestabelecida, tentando mantê-la, criam espaços de cidadania fortemente hierarquizados. Quem pode exercer a cidadania? As políticas interculturais ressaltam a importância do diálogo, mas quais são os sujeitos que podem participar deste diálogo?

Interculturalidade e integração

Como mostramos anteriormente a diferença principal do interculturalismo/ interculturalidade com o multiculturalismo é a ênfase sobre o diálogo, a interação e o intercâmbio; enquanto o multiculturalismo se fundamenta no respeito da diversidade, a interculturalidade requer uma interação. Alguns autores (CANCLINI, 2004; GUILHERME E DIETZ, 2014) ressaltam como o conceito de interculturalidade possa ter interpretações diferentes dependendo do país e da disciplina que abordam este tema. Se os anglo-saxônicos se concentraram na comunicação intercultural, como relações interpessoais entre membros de culturas diversa, a França se preocupou mais com a interculturalidade do ponto de vista educativo com o objetivo de integrar a diversidade. Na América Latina, ao invés, prevalece um olhar interdisciplinar, embora se trate principalmente de interculturalidade no âmbito das relações com as minorias indígenas. A ideia comum da interculturalidade/ interculturalismo é o conceito que o prefixo *inter-* traz, ou seja o conceito de interação, ponte, vindo do fracasso das políticas multiculturais vistas como responsáveis da segregação.

Para Canclini (2004), que se coloca entre aqueles que preferem a abordagem interdisciplinar, a interculturalidade, se concentrando no aspecto da relação e do diálogo, obriga os diferentes a uma relação recíproca de negociação e conflito deixando as relações hierárquicas indiscutidas. Em um documento, cujo título é *Intercultural Competence – Conceptual and* Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

Operational Framework, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2013), foca em conceitos como diálogo intercultural, que se baseia no escutar e ouvir diferentes perspectivas para chegar a um entendimento comum; valores universais; cidadania intercultural para o respeito e a promoção da paz. Na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2002 a UNESCO declara no Art. 5 que precisa-se reconhecer o direito de cada indivíduo de “todas as pessoas têm o direito de participar da vida cultural de sua escolha e de conduzir suas próprias práticas culturais, sujeitas ao respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (UNESCO, 2002, Art. 5).

Podemos ver que a quase totalidade ¹⁴ dos documentos produzidos pela Comunidade Europeia ou Unesco a interculturalidade é associada a uma ideia de respeito do Outro, de valorização e acomodação da diversidade e de livre escolha do indivíduo em um contexto de diálogo, paz, entendimento recíproco.

O diálogo intercultural é também visto como central para a integração social, cultural, política e econômica de refugiados e migrantes:

o diálogo intercultural pode contribuir para aproximar pessoas e povos, para prevenir conflitos e para favorecer os processos de reconciliação, e que tem sido um dos focos da cooperação europeia no domínio da cultura, desde 2002, e é atualmente uma prioridade do Plano de Trabalho para a Cultura (2015-2018) (COE, 2015, p.3).

Para podermos tentar um diálogo com o Outro, precisa-se, ao meu ver, questionar e historicizar a atual ordem geopolítica mundial que coloca este Outro no locus de enunciação do diverso enquanto o locus de fala do Eu não nem se quer problematizado ou complexificado .

¹⁴ Alguns outros exemplos: UNESCO. (2011). *The Cultural Diversity Programming Lens: A practical tool to integrate culture in development – Pedagogical guide*. Paris: UNESCO. Available from <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/culture-and-development/the-cultural-diversity-lens/>
UNESCO. (2012). *UNESCO's programme of action: Culture of peace and non-violence; A vision in action*. Available from <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002177/217786e.pdf>
Platform for Intercultural Europe (2008). *THE RAINBOW PAPER Intercultural Dialogue: From Practice to Policy and Back*.

Dessa forma, a interculturalidade é uma simples justaposição de monólogos que reduzem o Outro às categorias normativas do Eu.

Cathrine Walsh (2010), professora da Universidade Andina Simon Bolivar, individualiza três tipos diferentes de interculturalidade. A primeira forma de interculturalidade é aquela que define “relacional” que se refere ao simples contato entre culturas, ou seja pessoas, práticas, saberes, valores ou tradições, seja em condições de igualdade que de desigualdade. O problema desta primeira forma é que «continua oculta o minimiza la conflictividad y los contextos de poder, dominación e colonialidad continua en que se lleva a cabo la relación (WALSH, 2010, p. 77)¹⁵». Podemos pensar esta primeira interculturalidade como as políticas multiculturais que apresentei anteriormente.

O segundo tipo que individualiza é aquele que define “funcional” que reconhece a diversidade e a diferença cultural com o objetivo de integrá-la nas estruturas sociais estabelecidas. Esta perspectiva busca promover diálogo, convivência e tolerância e, novamente, não coloca em discussão os motivos da desigualdade sendo funcional ao sistema neoliberal existente.

En este sentido, el reconocimiento y el respecto a la diversidad cultural se convierten en una nueva estrategia de dominación, que apunta no a la creación de sociedades más equitativas e igualitarias, sino al control de conflicto étnico e la conservación de la estabilidad social con el fin de impulsar los imperativos económicos del modelo (neoliberalizado) de acumulación capitalista, ahora “incluyendo” a los grupos históricamente excluidos en su interior ¹⁶ (WALSH; 2010:78).

Esta segunda definição relembra o conceito de interculturalidade defendida em âmbito europeu.

Antes de prosseguir com a terceira definição da autora, considero relevante pensarmos

¹⁵ «esconde ou minimiza o conflito e os contextos de poder, dominação e colonialidade continua nos quais se realiza a relação».

¹⁶ «Neste sentido, o reconhecimento e o respeito pela diversidade cultural se tornam uma nova estratégia de dominação, que não visa a criação de sociedades mais justas e inclusivas, mas o controle do conflito étnico e a preservação da estabilidade social para impulsionar os imperativos econômicos do modelo (neoliberal) da acumulação capitalista, agora "incluindo" grupos historicamente excluídos dentro dele».

nos sentidos do termo ‘integração’. Evanoff (2006) distingue a integração de processos quais assimilação, adaptação destacando como o processo de integração leve a um processo de transformação tanto do indivíduo ou do grupo a ser integrado como da cultura hospedeira. Essa transformação, como um processo dialético, leva a um terceiro elemento, através da acomodação e do diálogo intercultural dos primeiros dois elementos originários. Embora o autor ressalte que esse tipo de processo integrativo, que é o culminar de um caminho de contato categorizado em várias fases entre as duas culturas, não aconteça sempre da mesma forma nem esteja livre de conflitos e frustrações, parte do conceito de integração como união de dois elementos homogêneos em um terceiro igualmente homogêneo. Por outro lado, Zolberg (1967) ressalta que o conceito ocidental de integração parte do nosso desejo de ser um todo harmonioso ao qual se chega por adição ou combinação. Este desejo de unidade e homogeneidade que, no caso de integração nacional, tem como modelo a ser alcançado a ideia de nação como um todo homogêneo que nasceu com a modernidade. Como coloca Souza (2010) os conceitos de homogeneidade cultural nacional remontam aos primórdios da modernidade europeia. Pensadores quais Herder e Locke teorizam, embora de forma diferente, a homogeneidade cultural dos valores nacionais que levam também aos mitos de língua e cultura puras, homogêneas e descontextualizadas. Esse artigo começa alertando como esses processos históricos foram excluídos dos debates sobre interculturalidade (DAHL, 2004 *in* SOUZA, 2010) e tomados como verdades inquestionáveis. A este respeito, ao longo do *white paper* anteriormente citado (COE, 2008), são indicados como universais os valores vindos dos direitos humanos, da democracia e do direito, embora pode-se estender também ao conceito de língua, cultura e identidade apresentados no documento.

Se tomamos como universais, e portanto inquestionáveis, os valores, as leis e os direitos humanos, estes vão perder qualquer possibilidade de ação em prol de quem precisaria deles. Boaventura de Sousa Santos (1997) define como «localismo globalizado» um fenômeno local Dell’Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

que é globalizado. Para tanto, porém, precisa ter o poder para globalizar um localismo: é por isso que o teórico português ressalta como os direitos humanos, enquanto universalizados, tendem a operar como instrumento de choque de civilizações e como arma do Ocidente. Falar de culturas significa falar de diferença; fronteiras; particularismos mas a cultura ocidental parte do pressuposto ideal de completude.

Interculturalidade como projeto político outro

Ressaltamos como a integração apresentada pelos documentos da União Europeia e por esta almejada comporte uma união harmoniosa ao sistema ocidental com mudanças superficiais que deixem porém intocados os pilares principais. Nesse sentido, Zolberg (1967), analisando a integração em países da África Ocidental, coloca como revoluções, lutas, contrastes possam fazer parte do processo integrativo do qual podem nascer formações políticas completamente inesperadas e diferentes do começo. O mesmo Boaventura de Sousa Santos (2017), em uma recente entrevista, frisa como as forças centrípetas entre democracia e capitalismo vão levar a rupturas que podem desembocar em novas matrizes sociais e políticas.

O questionamento dos termos que fundamentam a noção europeia de interculturalidade leva em conta a desigualdade de poderes e de vozes e problematizam noções de coexistência pacífica, tolerância da diversidade e diálogo que proporcione um entendimento mútuo.

Voltando a Walsh (2007), após a interculturalidade racional e funcional, o terceiro tipo de interculturalidade apresentada é aquela «crítica» que, neste texto, define como algo a ser construído. Em outro texto, a mesma autora sublinha como a interculturalidade tem que ser entendida como algo além de uma simples interrelação ou comunicação, como é entendida comumente em Canadá, Europa e Estados Unidos, mas que requer uma mudança de sistemas, práticas políticas, pensamentos, paradigmas.

Para Walsh (2007, p.58) a interculturalidade é

Es decir, un posicionamiento en términos tanto de pensamiento como de praxis, que se mueve más allá de las categorías establecidas por el pensamiento eurocéntrico (mientras, al mismo tiempo, incorpora estas categorías desde espacios interiores y exteriores), que parten desde una otredad de la diferencia de lógica, de modernidad/colonialidad y que se encuentra sostenida en las confrontaciones entre distintas concepciones de la sociedad, proponiendo reales alternativas¹⁷.

O elemento inovativo para o contexto europeu trazido por essa teórica é o conceito de interculturalidade como construção de identidades, culturas, epistemologias, ontologias e políticas novas a partir da historicidade do contexto.

A União Europeia nasceu como união de países que, no século passado, criaram suas riquezas através do colonialismo. Agora que as margens chegaram dentro dos confins nacionais, o intento é ainda aquele de manter a diferença às margens, camuflando isso em um discurso de paz e harmonia, que, porém, se desvenda nas práticas, primeira entre todas as políticas migratórias da Europa baseadas em muros, separação e marginalização. Ressalta-se que meu discurso não quer ser uma crítica unilateral às políticas migratórias e de acolhimento europeias afirmando que a Europa precisa abrir as portas a todos de forma indistinta seguindo o discurso de paz e harmonia que ela mesma difunde a nível institucional.

Aponto, porém, três aspectos: primeiramente, que o discurso que fundamenta o conceito de interculturalidade não consegue sair dos moldes epistemológicos ocidentais, modernos e etnocêntricos; secundariamente que essa análise generaliza o Outro sem contextualizar os motivos históricos desses deslocamentos mundiais; terceiro, que se de um lado o Ocidente fala de

¹⁷ “uma posição tanto em termos de pensamento e prática, indo além das categorias estabelecidas pelo pensamento eurocêntrico (e, ao mesmo tempo, incorpora essas categorias de interior e exterior), a partir de uma alteridade da diferença de lógica, modernidade / colonialidade e está sustentada em confrontos entre diferentes concepções de sociedade, propondo alternativas reais”.

direitos humanos universais e direitos équos para todos, de fato, caminha na direção da exclusão e na manutenção dos privilégios.

Catherine Walsh (2007:49) pensa, portanto, a partir da experiência equatoriana, a interculturalidade como «un principio ideológico [...], clave en la construcción de “una nueva democracia”¹⁸». Isso significa pensar a interculturalidade não somente do ponto de vista cultural mas também político, como questionamento, dissenso e ruptura das hierarquias e poderes existentes.

Conclusões

As políticas multiculturais foram alvo da infelicidade e dos desordens que afetaram a sociedade ocidental nos últimos decênios. É sempre mais forte a ideia que o colante que mantém unida uma comunidade é a igualdade a ser alcançada entre os seus participantes. A diversidade é aceita somente se fiel aos valores da nação e se entrar no jogo da cultura ocidental e neoliberal. As crises atuais estão pedindo mudanças. A mudança porém apavora e é, pois, muito mais fácil declarar, após a falência da feliz integração da diversidade na comunidade, que o multiculturalismo é morto e colocar como objeto de felicidade a necessidade de pontes e interação como o novo objeto de felicidade desejada do que rever as próprias posições epistemológicas. Infelizmente, ao meu ver, se o Ocidente não questionar e problematizar as próprias posições com atos de humildade e escuta de si mesmo e suas ações, o objeto de felicidade mudará da interculturalidade a transculturalidade a um terceiro termo a vir sem nunca mudar os contextos. As crises requerem mudanças, requerem reinvenção e ressignificação: as políticas além de ser contextualizadas e perder o caráter universal dos significantes que as fundamentam, devem ter caráter contingente e ter a coragem de mudar o *status quo*. Dentro dos

¹⁸ “um principio ideológico [...], chave na construção de uma ‘nova democracia’”.

mesmos moldes de colonialidade, as atitudes continuarão sendo coloniais.

Referências bibliográficas

- ALLIEVI, Stefano. "Immigration and cultural pluralism in Italy: multiculturalism as a missing model." **Italian culture** 28.2 : 85-103, 2010.
- BAKHTIN, M. M.; VOLOSINOV, V. N. **Marxism and the philosophy of language**. New York: Seminar Press, 1973.
- BANTING, Keith, and Will Kymlicka, eds. **Multiculturalism and the welfare state: recognition and redistribution in contemporary democracies**. OUP Oxford, 2006.
- CAMERON, David. "State multiculturalism has failed, says David Cameron." **BBC News**. 5 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/uk-politics-12371994>. Acesso: 10 jan. 2015
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad**. Barcelona: Gedisa, 2004.
- CANEVACCI, Massimo. **Transculturalidade, interculturalidade e sincretismo**. Tradução de Isabela Frade. Concinnitas, ano 10, v. 1, n. 14, jun/2009, p. 137-141, 2009.
- CANTLE, Ted. **Interculturalism: The new era of cohesion and diversity**. New York: Springer, 2012.
- COE . Conselho da Europa. **Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural «Viver Juntos em Igual Dignidade»**. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2008.
- COE. Conselho da Europa. **Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, que alteram o Plano de Trabalho para a Cultura (2015-2018) no que diz respeito à prioridade do diálogo intercultural**. 24 de novembro de 2015. Bruxelas. Disponível em: <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-14444-2015-INIT/pt/pdf>. Acesso: 17 maio 2016.
- COE. Conselho da Europa. **Conclusões do Conselho e dos representantes dos governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, que alteram o Plano de Trabalho para a Cultura (2015-2018) no que diz respeito à prioridade do diálogo intercultural**. Disponível em: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52015XG1215\(05\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52015XG1215(05)). Acesso em: março 2016.
- EVANOFF, Richard. "Integration in intercultural ethics". **International Journal of Intercultural Relations** 30.4 : 421-437, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos. In: Castro-Gómez, S. y Grosfoguel, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** (compiladores). Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- GUILHERME, M. & DIETZ, G. Multi-, Inter- and Trans-culturalities: Complexities of meaning. In J. Beltrán & A. Teodoro (eds.) **Educación Superior e inclusión social: Aproximaciones conceptuales y perspectivas internacionales**. Buenos Aires: Miño y Dávila srl / Miño y Dávila editores sl., pp. 79-90, 2014.
- KYMLICKA, Will. "Comment on Meer and Modood", **Journal of Intercultural Studies**, 33:2, 211-216, 2012.
- LEVEY, Geoffrey Brahm. "Interculturalism vs. Multiculturalism: A Distinction without a Difference?", **Journal of Intercultural Studies**, 33:2, 217-224, 2012.
- Dell'Olio, F. Multiculturalismo, interculturalidades e rupturas: Uma Análise Epistemológica desses Conceitos no Encontro com o Outro. **Revista Desempenho**, n. 28, v.1, 2018.

- MEER, Nasar; MODOOD, Tariq. "How does Interculturalism Contrast with Multiculturalism?", **Journal of Intercultural Studies**, 33:2, 175-196, 2012.
- MERKEL, Angela. "Merkel says German multicultural society has failed." **BBC News**. 17 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-11559451>. Acesso: 10 jan. 2015.
- MODOOD, Tariq. **Multiculturalism, citizenship and national identity**. Vol. 17. May, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Uma concepção multicultural de direitos humanos" **Lua nova** 39: 105-124, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Boaventura de Sousa Santos: mundo caminha para rupturas". **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/124/boaventura-de-sousa-santos-mundo-caminha-para-rupturas>. Acesso: 8 jan.2017.
- SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. "Cultura, língua e emergência dialógica". **Revista Letras & Letras**. Uberlândia: UFU, v. 26, n. 2, p. 289 – 306, 2010.
- SONG, Sarah (2017) "Multiculturalism", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/multiculturalism/>>.
- UNESCO, CN D. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2002.
- UNESCO, Wendy Leeds-Hurwitz, and Katerina Stenou. **Intercultural Competences: Conceptual and Operational Framework**. Unesco, 2013.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In Castro-Gómez, S. y Grosfoguel, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global** (compiladores). Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: Viaña, J., Tapia, L., Walsh, C., Mora, D., De Alarcón, S., Ploskonka, S., & Paz-Bolivia, L. **Construyendo interculturalidad crítica**. Instituto Internacional de Integración, Convenio Andres Bello, 2010.
- WERBNER, Pnina. "Multiculturalism from Above and Below: Analysing a Political Discourse", **Journal of Intercultural Studies**, 33:2, 197-209, 2012.
- WIEVIORKA, Michel. **Multiculturalisme : le débat est-il clos?**. 3 março 2015. Disponível em: <http://wieviorka.hypotheses.org/351>. Acesso em: março 2016.
- ZOLBERG, Aristide R. (1967) "Patterns of National Integration." **The Journal of Modern African Studies** 5.04 : 449-467.